



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3701 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 020/2014

(Protocolo n. 4.125/2014)

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, por meio da Pregoeira designada pela Portaria P n. 116, de 8 de março de 2013, publicada em 12 de março de 2013, do Senhor Presidente desta Corte, atendendo à solicitação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a prestação de serviços especializados e continuados de jornalismo.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasnet.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no **dia 2 de abril de 2014, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, pela Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010, pela Instrução Normativa TSE n. 4, de 17 de maio de 2011, pelo Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico (**ANEXO I**) que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.2. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasnet.gov.br) e as especificações constantes no **ANEXO I** deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

1.3. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: Projeto Básico;
- b) ANEXO II: Planilha de Custos;
- c) ANEXO III: Planilha de Custos e Formação de Preços;
- d) ANEXO IV: Planilha de Encargos Sociais; e

e) ANEXO V: Normas internas, quais sejam: Acordo de Cooperação Técnica TRES/BB n. 1, de 10 de agosto de 2011, Instrução Normativa TSE n. 4, de 17 de maio de 2011, e Resolução TSE n. 23.234, de 15 de abril de 2010.

1.3.1. Os anexos de que tratam as alíneas “d” e “e” deste subitem devem ser acessados no *site* do TRES, no seguinte endereço eletrônico:

- <http://www.tre-sc.jus.br>, menu “*Transparência*”, “*Contas Públicas*”, “*Pregões*”.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site www.comprasnet.gov.br, a qual atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico *Comprasnet*.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa ou empresa de pequeno porte, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.1.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo regime do Simples Nacional somente poderá contratar com este Tribunal se, no ato da assinatura do contrato, comprovar a sua solicitação de exclusão do referido regime de tributação, em razão da proibição imposta pelo art. 17, inciso XII, da Lei Complementar n. 123/2006.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESA, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRESA não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 7º, I, da Resolução TSE n. 23.234/2010);

b) de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 7º, II, da Resolução TSE n. 23.234/2010);

c) de empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012; e

d) de cooperativa de mão de obra, em atendimento ao estabelecido no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia Geral da União e homologado nos autos do Processo n. 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema "Pregão Eletrônico", por meio do site www.comprasnet.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e constitui pré-requisito

para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo, ao provedor do Sistema ou ao TRESA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e a hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverão constar da proposta:

a) no campo “preço”, os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Valor mensal dos serviços;
2	Valor total resultante da multiplicação de 4 (quatro) pelo valor unitário do pacote de serviços adicionais (4 x PA); e
3	Valor da <u>taxa diária de deslocamento</u> de um jornalista (alimentação + hospedagem e TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado).

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do(s) serviço(s) ofertado(s), quando couber, sem alternativas.

4.2.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a um ÚNICO fornecedor, é obrigatória a apresentação de proposta para TODOS os itens.

4.2.2. O Sistema Comprasnet fará, automaticamente, a totalização dos valores das propostas apresentadas para os itens.

4.2.3. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que a proposta está de acordo com este Edital.

4.2.4. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.3. Durante a sessão eletrônica, o licitante que tiver oferecido o menor lance deverá apresentar os documentos de que trata o subitem 7.2.

4.4. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.5. Para efeito de julgamento, os preços propostos por microempresa ou

empresa de pequeno porte **optantes pelo regime do Simples Nacional** deverão observar o regime de tributação a ser adotado a partir da contratação, em conformidade com o disposto no subitem 2.1.3 deste Edital.

4.6. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pela Pregoeira.

4.9. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

4.10. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto desta licitação.

4.10.1. O disposto neste subitem deve ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vale-transporte, caso devido.

4.10.2. Caso a proposta do licitante vencedor apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que o favoreça, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para eventual prorrogação contratual.

4.11. Nos termos do item 7 do Projeto Básico (ANEXO I do Edital), estima-se a **quantidade adequada de profissionais** para atender às necessidades do TRESA em **2 (dois) profissionais com carga de 6 (seis) horas diárias cada**, de segunda a sexta-feira.

4.11.1. O licitante vencedor deverá manter, ainda, preposto no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato, conforme previsto no art. 68 da Lei n. 8.666/1993, observado o seguinte:

a) a indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

b) a figura do preposto não poderá ser incluída na planilha de custos e formação de preços; e

c) o nome do preposto poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados.

4.12. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços antes da apresentação da proposta.

4.12.1. A visita deverá ser agendada previamente, no horário das 13 às 18 horas, por meio do telefone (48) 3251-3835, e poderá ser realizada somente até o horário de abertura deste Pregão.

4.12.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, a Pregoeira abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *site* www.comprasnet.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, a Pregoeira verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações deste Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a um ÚNICO fornecedor, a desclassificação em um item implicará a desclassificação nos outros itens cotados pelo licitante.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para um mesmo item.

5.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelos valores fixados no subitem 4.2, alínea "a".

6.1.1.1. A cada lance ofertado, por item, o Sistema Comprasnet atualizará, automaticamente, o valor global dos itens.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pela Pregoeira, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.7.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a um ÚNICO fornecedor, restará vencedor, na fase de lances, o licitante que ofertar o menor valor global.

6.8. Encerrada a etapa de lances, as microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o direito de preferência previsto no artigo 44 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.8.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas **ou** empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.8, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

6.8.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não

tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

6.9. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6.8, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que este poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.9.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuírem o direito de preferência previsto no subitem 6.8, na ordem classificatória.

6.10. Após o encerramento da etapa de lances ou, se for o caso, do exercício do direito de preferência, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, via *chat*, a Pregoeira verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, a Pregoeira negociará com o licitante, por meio do sistema, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.1.1. Considerando que o objeto deste certame será adjudicado a um ÚNICO fornecedor, a desclassificação de um único item por preço excessivo implicará a desclassificação de todos os itens cotados pelo licitante.

7.2. Verificada a aceitabilidade do preço cotado, a Pregoeira convocará o licitante de melhor preço para que envie anexo, via Sistema Comprasnet, contendo:

a) Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante no ANEXO III deste Edital;

b) Planilha de Encargos Sociais, conforme modelo constante no ANEXO IV deste Edital, disponível no *site* do TRESC, no endereço eletrônico de que trata o subitem 1.3.1.

c) cópia ou arquivo contendo o acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço e respectiva data base e vigência ou, se inexistente qualquer desses instrumentos, indicação do sindicato que presta assistência a essa categoria;

d) **GFIP** ou documento apto a comprovar o **Fator Acidentário de Prevenção (FAP)** do licitante;

e) produtividade adotada, bem como a comprovação de sua exequibilidade, sempre que a produtividade apresentada pelo licitante for diversa da produtividade de referência que integra o Projeto Básico; e

f) quantidade de pessoal que executará os serviços.

7.2.1. As Planilhas e as informações de que trata o subitem 7.2 deverão ser enviadas em **até 2 (duas) horas**, contada da solicitação de envio de anexo pela Pregoeira, devendo os documentos ser compactados em único arquivo (.zip) para envio via sistema.

7.2.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pela Pregoeira a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.2.3. O não envio dos documentos mencionados no subitem 7.2, alíneas “a” a “f”, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.2.1 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.2.2, ensejará a **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta, respeitado o disposto no subitem 7.3.2, no que tange à Planilha de Custos e Formação de Preços e a de Encargos Sociais.

7.3. Na **Planilha de Custos e Formação de Preços** de que trata a alínea “a” do subitem 7.2, deverá constar o detalhamento de todos os elementos utilizados para a formação dos preços propostos para a prestação dos serviços, discriminados em:

a) Montante "A": é o valor em moeda corrente nacional, correspondente ao custo da remuneração da mão de obra utilizada na execução dos serviços, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre os serviços contratados, os quais devem ser especificados na planilha;

b) Montante "B": é o valor em moeda corrente nacional, correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta ao objeto do Contrato; e

c) Taxa de Administração, em percentual, que incidirá sobre os montantes A e B.

7.3.1. As despesas administrativas, se existentes, e os tributos indiretos, constantes da Taxa de Administração, devem ser especificados.

7.3.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços e a Planilha de Encargos Sociais poderão ser ajustadas, se possível, pelo licitante uma única vez, no prazo de 2 (duas) horas da solicitação, via convocação de anexos, pela Pregoeira, para refletir correta e suficientemente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.3.3. Se o licitante não providenciar, no prazo fixado no subitem 7.3.2, o saneamento das incorreções apontadas, sua proposta será desclassificada.

7.3.4. O licitante que for optante pelo **Simples Nacional**, ao formular a Planilha de Custos e Formação de Preços, não poderá considerar os benefícios do regime de tributação do Simples em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar n. 123/2006, devendo apresentar sua proposta já de acordo com o regime jurídico em que será firmado o contrato, conforme subitens 2.1.3 e 4.5 deste Edital.

7.4. A comprovação da **produtividade de que trata a alínea “e” do subitem 7.2** será feita por intermédio de, em conjunto ou separadamente:

a) relatório técnico elaborado por profissional devidamente registrado na entidade profissional competente, compatível com o objeto da contratação; e

b) atestados detalhados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que venham a comprovar a exequibilidade da produtividade apresentada.

7.5. Quanto aos **encargos sociais** de que trata a alínea “b” do subitem 7.2:

a) o percentual máximo aceitável para a remuneração dos encargos sociais será de **78,10%** a ser aplicado sobre o salário, considerando o RAT máximo de **6%**;

b) os percentuais máximos admitidos para o total do Grupo “B” é de **23,81%** e para o total do Grupo “C” é de **4,90%**;

c) o percentual de encargos sociais relativo à prestação de serviços suplementares está fixado no valor máximo de **39,80%**;

d) as empresas devem cotar o percentual relativo a Seguro Acidente de

Trabalho – SAT, de acordo com o Anexo V do Decreto n. 6.957/2009, sendo 1% para empresas de risco leve, 2% para empresas de risco médio e 3% para empresas de risco grave. A Pregoeira confirmará o percentual cotado por meio do sítio da Secretaria da Receita Federal, considerando a atividade econômica principal;

e) essas alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100%, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

f) os percentuais relativos à Previdência Social e FGTS, constantes da Planilha de Percentual dos Encargos Sociais, Anexo IV deste Edital, não podem ser alterados;

g) o percentual de encargos sociais não contempla o componente de custo relativo ao aviso prévio de término de vigência do Contrato. O TRESO somente indenizará a adjudicatária, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do Contrato, no prazo de 35 (trinta e cinco) dias antes do seu término e mediante comprovação do respectivo pagamento pelo licitante contratado;

h) o valor do aviso prévio de término de vigência do Contrato corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% (7/30 x 100), a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos;

i) caso o licitante reduza os encargos sociais com o intuito de vencer esta licitação, não poderá solicitar revisão do percentual nos pedidos de reequilíbrio ou repactuação.

7.6. Será DESCLASSIFICADA , ainda, a proposta que:

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

b) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou

c) mantenha, após a fase de lances, valor de item superior ao estabelecido na Planilha de Custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou

d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis; e/ou

e) não comprove sua exequibilidade em relação à produtividade apresentada.

7.6.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.6.2. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO III), desde que não contrarie instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pela Pregoeira, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;

c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;

f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.8. Após aceitação do lance de menor valor, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada por meio de consulta *on line* no SICAF e análise dos documentos previstos no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

- a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:
 - b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e
 - b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.3, no que for possível; e
- d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação:

a) serão verificados:

a.1) a declaração de que o licitante cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;

a.2) a Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, por meio de consulta ao *site* www.tst.jus.br;

a.3) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao *site* www.cnj.jus.br; e

a.4) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao *site* www.portaltransparencia.gov.br.

b) serão exigidos um ou mais **atestados de capacidade técnica**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto cotado (serviços de jornalismo).

8.3.1. A declaração de que trata a alínea “a.1” do subitem 8.3 deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.3.2. O documento mencionado na alínea “b” do subitem 8.3 deverá ser encaminhado por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Comprasnet, em **até 30 (trinta) minutos**, contados da convocação da Pregoeira, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

8.3.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pela Pregoeira a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

8.3.2.2. O não envio do documento mencionado na alínea “b” do subitem 8.3, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 8.3.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 8.3.2.1, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

8.3.2.3. Os originais, ou cópias autenticadas, dos documentos enviados por Anexo devem ser entregues no Protocolo deste Tribunal no prazo máximo de 5 (cinco) dias, também sob pena de INABILITAÇÃO.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha apresentado melhor proposta, a Pregoeira:

a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado na alínea “a” deste subitem, por igual período, mediante mensagem enviada à Pregoeira, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

a) decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

b) exame, pela Pregoeira, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.7 deste Edital.

8.6. Para usufruir do benefício de prazo para regularização da documentação de que trata o subitem 8.4, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006.

IX. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Após a habilitação, o Sistema informará aos licitantes, de forma automática, a abertura do prazo de intenção de recurso.

9.1.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante poderá, ainda, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma motivada, em campo próprio do Sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.1.2. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, a Pregoeira poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

9.1.3. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão prevista no subitem 8.4, alínea “b”.

9.2. A Pregoeira terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 9.1.1, importará a decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a ADJUDICAR o objeto deste certame, **GLOBALMENTE**, ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

X. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.1.1. Nos termos do Projeto Básico constante no ANEXO I deste Edital, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:

a) a inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza MÉDIA e sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura;

b) a incidência dos serviços prestados pelo licitante vencedor na Faixa 5 (cinco) da Tabela 5 “Somatório dos números de falhas corrigidos (Fator de Aceitação) e efeitos remuneratórios” do Projeto Básico, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, no mesmo exercício financeiro, será considerada situação de natureza MÉDIA e sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto de que trata o subitem 12.1 do Projeto Básico;

c) o descumprimento dos demais deveres pelo licitante vencedor, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço (anexo à minuta de contrato), será considerado situação de natureza LEVE e sujeitará o licitante vencedor à penalidade de advertência; e

d) a reincidência de situações ensejadoras de penalidade sujeitará o licitante vencedor à penalidade de natureza imediatamente superior à anteriormente aplicada e, em se tratando de reincidência de situação GRAVE, implicará rescisão contratual, conforme quadro abaixo:

Classificação da situação	Descrição da situação	Penalidade
LEVE	Alínea "c"	Advertência
MÉDIA	Alínea "a"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Alínea "b"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Reincidência da alínea "c"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência da alínea "a"	Multa de 20% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência da alínea "b"	Multa de 20% sobre o valor da fatura
GRAVÍSSIMA	Reincidência de situação GRAVE (alínea "d")	Rescisão contratual

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. Para os casos não previstos no subitem 10.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 10.2 e na alínea "f" do subitem 10.3 são de competência do Presidente do TRES.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

10.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 10.3, alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

10.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “f” do subitem 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XI. DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, Subitem 05 – Serviços Técnicos Profissionais.

11.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1. **Previamente à assinatura do contrato**, deverá o licitante vencedor:

12.1.1. comprovar possuir condições operacionais e experiência editorial para desenvolver boletins jornalísticos de rádio e televisão;

12.1.1.1. a experiência mencionada no subitem 12.1.1 deverá ser comprovada por meio da apresentação de, pelo menos, um boletim gravado, fornecido pelo cliente, confirmando a veiculação e a qualidade do trabalho, previamente à assinatura do contrato, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do TRESA;

12.1.2. possuir em seu quadro permanente jornalista(s) profissional(is), bacharel(is) em Jornalismo ou Comunicação Social ou, ainda, Ciências da Comunicação – habilitação em Jornalismo;

12.1.2.1. relativamente ao subitem 12.1.2, entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio ou o diretor, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:

a) empregado: cópia autenticada ou da ficha ou do livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) sócio: cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado no órgão competente; e

c) gerente ou diretor: cópia autenticada do Contrato Social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;

12.1.2.2. a formação exigida no subitem 12.1.2 deverá ser comprovada por meio de cópia autenticada do diploma de graduação na respectiva área;

12.1.2.3. a documentação exigida nos subitens 12.1.2.1 e 12.1.2.2 deverá ser apresentada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do TRESA;

12.2. **no ato da assinatura do contrato**, comprovar sua solicitação de exclusão do Simples Nacional, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte optante por tal regime de tributação, em razão da proibição imposta pelo art. 17, inciso XII, da Lei Complementar n. 123/2006;

12.2.1. a solicitação de exclusão de que trata o subitem 12.1.2 deverá ser comprovada por meio de cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com

comprovante de recebimento, comunicando a contratação de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional;

12.3. Na vigência do contrato, o licitante vencedor ficará obrigado a:

12.3.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico e em sua proposta;

12.3.2. prestar serviços especializados e continuados em jornalismo, por meio de profissionais, incluindo a divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense, através da mídia impressa, videodifusão, radiodifusão e *internet*, com produção de textos, vídeos e áudio para distribuição interna e aos veículos de comunicação;

12.3.2.1. os profissionais deverão:

a) ser bacharéis em Jornalismo ou Comunicação Social ou, ainda, Ciências da Comunicação, com habilitação em Jornalismo;

b) possuir registro profissional como Jornalista;

12.3.2.2. o licitante vencedor deverá providenciar currículos simplificados dos profissionais, comprovando os perfis solicitados no subitem 12.3.2.1. Esses documentos deverão ser apresentados ao TRESA em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, observado o seguinte:

a) os profissionais não poderão ser filiados a partido político;

b) o TRESA reserva-se o direito de recusar profissionais que tenham a sua imagem associada a partido político, candidato ou personalidade do meio político;

c) se não integrantes do quadro da empresa, o licitante vencedor somente poderá efetivar a contratação dos profissionais após aprovação dos currículos pelo TRESA; e

d) os profissionais deverão iniciar os serviços em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da aprovação dos currículos pelo TRESA;

12.3.3. executar os serviços junto à Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, no edifício sede do TRESA, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, 10º andar, Centro, Florianópolis, entre 8 e 20 horas, de segunda a sexta-feira, com jornada diária máxima de 6 (seis) horas para os serviços especializados em comunicação, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);

12.3.3.1. o Gestor do Contrato irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos, sendo que o horário de funcionamento do TRESA inicia-se às 12 horas e encerra-se às 20 horas;

12.3.4. junto à Seção de Imprensa da AICSC, desenvolver as seguintes atividades:

a) acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias, para produzir textos e *releases* dos temas de interesse do TRESA e do eleitor catarinense;

b) acompanhar ao vivo as sessões plenárias da Corte e publicar imediatamente, na *intranet* e na *internet* do TRESA, o resumo dos julgamentos;

c) buscar informações junto às assessorias dos Juízes do Pleno, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juízes, para publicação no sítio eletrônico do TRESA e em todos os meios de comunicação social do Estado;

d) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, para elaboração de matérias e *releases* a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, e sua publicação no sítio eletrônico do TRESA;

e) realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e do Diário da Justiça Eleitoral, bem como das publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o

mesmo propósito da alínea “d” acima descrita;

f) verificar, diariamente, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) do TRESA e por relatório do setor de Protocolo, a entrada de processos e recursos, para coleta de informações de interesse jornalístico;

g) atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESA ou nas sedes dos meios de comunicação;

h) realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRESA, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa e no sítio eletrônico do TRESA; e

i) atender eventuais solicitações de deslocamento ao interior do Estado, para cobertura *in loco* de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado e cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Seção de Imprensa para publicação e divulgação à mídia em geral;

12.3.5. junto à Seção de Comunicação Social da AICSC, desenvolver as seguintes atividades:

a) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, para elaboração de matérias em texto e/ou em vídeo a serem publicadas no sítio eletrônico do TRESA;

b) produzir boletins de áudio e vídeo dos julgamentos do Pleno e das demais atividades do TRESA, para a Rádio e TV Justiça;

c) gravar entrevistas e produzir reportagens para serem veiculadas nos programas da Rádio e TV Justiça;

d) definir tema, elaborar textos e divulgar as campanhas internas realizadas pelo TRESA, devendo acompanhar o lançamento, o andamento e o término de cada campanha;

e) produzir matérias escritas e/ou em vídeo, para serem divulgadas no TRE Notícias, um canal de comunicação interna que prevê a produção semanal de pelo menos 3 (três) assuntos de interesse do servidor e da Justiça Eleitoral catarinense;

f) elaborar projeto específico para divulgação externa do TRE Notícias com divulgação pública de matérias em vídeo de interesse da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e do eleitor catarinense; e

g) colaborar na produção do programa Entrenós, informativo online, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense;

12.3.6. relativamente ao informativo Entrenós, realizar as seguintes atividades:

a) reunião de pauta: entre os integrantes da Comunicação Social para sugestão, definição e divisão de temas. Este levantamento é feito com pesquisas na internet, contato com secretarias e demais setores do Tribunal, e por sugestões enviadas pelos servidores, através de prévia solicitação realizada pela equipe;

b) produção e redação de matérias escritas: contato com possíveis fontes e/ou entrevistados, pesquisa de informações, agendamento e execução de entrevistas, redação das matérias e revisão dos textos. Ainda existem as seções fixas de Notas, Classificados e Aniversariantes onde a Comunicação Social faz pesquisa e redação de pequenos textos, busca de dados com a Coordenadoria de Pessoal, e recebimento de anúncios, contato formal com anunciante e correção de textos;

c) fotos e imagens: pesquisa e seleção de cinco opções de imagens e/ou fotos para cada matéria escrita. Tratamento dessas imagens e/ou fotos para adequação nos moldes do informativo enTRENós;

d) gravação de vídeos:

• PRÉ-PRODUÇÃO - pesquisa de temas, definição de pauta, data, horário e local, contato documental com a Secretaria de Orçamento e Finanças para solicitação

de orçamento, contato formal com entrevistados, agendamento documental com empresa de filmagem e agendamento documental para reserva de automóvel;

- **PRODUÇÃO** - deslocamento da equipe, captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, montagem do vídeo, com produção de texto (*off*) e disposição das entrevistas;

- **PÓS-PRODUÇÃO** - gravação e edição de áudio, edição não-linear de áudio, vídeo, créditos e vinhetas, renderização 'mpeg' para atualização do formato de divulgação na intranet do tribunal, renderização 'flv' para atualização do formato do informativo enTRENós. Após isso, impressão de cartões e gravação de DVD's com cópias das reportagens em vídeo para distribuição aos entrevistados;

e) **fechamento**: revisão dos conteúdos, inserção de textos, fotos e vídeos no software de publicação. Utilização de *links* de texto, áudio, vídeo. Inserção de *links* para os aniversariantes, classificados e vídeos. Publicação via e-mail e via intranet;

12.3.7. executar os serviços com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, com qualidade;

12.3.8. realizar os serviços adicionais solicitados pelo TRESA, na forma de pacote, conforme apresentado na Tabela 2A do item 5 do Projeto Básico, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos;

12.3.8.1. os serviços adicionais serão requisitados ao licitante vencedor pelo Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 1 (um) dia;

12.3.8.2. o pacote foi estimado relativamente à produção de 1 (uma) hora de um profissional, dedicada exclusivamente à respectiva tarefa, que compreenderá a cobertura jornalística a eventos fora do horário de expediente normal da TRESA;

12.3.9. submeter todo o material produzido, antes de sua distribuição às emissoras e jornais, à apreciação da Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, que avaliará a qualidade e a compatibilidade dos textos, áudios, vídeos e outros;

12.3.10. substituir, no prazo de 2 (dois) dias após a comunicação por parte do TRESA ao licitante vencedor, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

12.3.11. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;

12.3.12. apresentar atestado de antecedentes civil e criminal dos profissionais que atuarão nas instalações da Justiça Eleitoral;

12.3.13. garantir a prestação dos serviços no intervalo fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada;

12.3.14. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

12.3.15. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

12.3.16. indicar, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar após a assinatura do contrato, preposto e substituto eventual para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsão estabelecida no art. 68 da Lei n. 8.666 de 1993;

12.3.16.1 o nome do preposto (e do seu substituto eventual) poderá recair

sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados;

12.3.17. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro(s) profissional(is) que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico;

12.3.18. apresentar seus empregados na execução dos serviços ora licitados devidamente identificados por crachás, com fotografia recente;

12.3.19. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, bem como aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho;

12.3.20. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

12.3.21. selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

12.3.22. comprovar, sempre que solicitado pelo TRESP, a quitação das obrigações trabalhistas;

12.3.23. promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviço ao TRESP, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados:

12.3.23.1. os treinamentos e reciclagens serão custeados pelo licitante vencedor e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados;

12.3.23.2. os treinamentos e reciclagens deverão ser realizados pelo menos uma vez por ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço;

12.3.24. entregar, até o quinto dia útil após o início da prestação dos serviços, uniforme para cada funcionário e, a cada 6 (seis) meses, fornecer novos uniformes completos;

12.3.24.1. o modelo do uniforme não poderá conter logomarca, nome ou outra identificação e deverá ser submetido previamente à aprovação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial do TRESP;

12.3.24.2. compõem o uniforme masculino:

a) 1 (um) terno preto;

b) 2 (duas) camisas sociais na cor branca;

c) 2 (dois) pares de meias sociais na cor preta;

d) 1 (uma) gravata de cor lisa, discreta, combinando com o terno;

e) 1 (um) cinto preto; e

f) 1 (um) par de sapatos sociais de couro preto;

12.3.24.3. compõem o uniforme feminino:

a) 1 (um) terno preto de modelo clássico;

b) 2 (duas) camisas ou camisetas sociais na cor branca; e

c) 1 (um) par de sapatos sociais de couro preto;

12.3.25. prestar serviços, eventualmente, em municípios do interior de Santa Catarina;

12.3.25.1. havendo necessidade de deslocamento dos profissionais, nos termos do subitem 12.3.24, o licitante vencedor se responsabilizará pelas despesas com hospedagem e alimentação, bem como com todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado;

12.3.25.2. o TRESP pagará ao licitante vencedor o valor correspondente à taxa

de deslocamento, definida nesta licitação;

12.1.26. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESA;

12.1.27. realizar o pagamento dos salários dos empregados alocados para executar o objeto contratado via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do TRESA;

12.1.28. não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRESA (art. 7º, I, da Resolução TSE n. 23.234/2010), sob pena de rescisão contratual;

12.1.29. não ter entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRESA (art. 7º, II, da Resolução TSE n. 23.234/2010), sob pena de rescisão contratual;

12.1.30. não ter entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012;

12.1.31. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA; e

12.1.32. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIII. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

13.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

13.1.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas serão glosados do valor mensal do contrato e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da licitante contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRESA, conforme Resolução TSE n. 23.234, ANEXO V deste Edital, observado o seguinte:

a) os procedimentos para a glosa das provisões serão os descritos na IN TSE N. 4/2011, ANEXO V deste Edital;

b) os percentuais das provisões, para fins de retenção, são os indicados na Planilha de Encargos Sociais – ANEXO IV deste Edital; e

c) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, deixarão de compor o valor de pagamento mensal ao licitante vencedor.

13.1.3. Os valores previstos na proposta e no contrato para serem provisionados a título de pagamento de obrigações trabalhistas serão retidos pelo TRESA e depositados na conta vinculada específica e somente serão liberados para pagamento das verbas aos trabalhadores.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no **Acordo de Nível de Serviço – ANS** anexo à minuta de contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

13.5. Para que seja atestada a Nota Fiscal/Fatura, o licitante vencedor deverá apresentar, juntamente com ela, as seguintes comprovações relativas aos seus empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nominalmente identificados e alocados nas dependências do TRESA para execução do objeto contratado:

a) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;

b) cópia do comprovante de recolhimento mensal para o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores, observada a legislação específica;

c) comprovante de depósito de salários no prazo legal, referente ao mês anterior;

d) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabíveis; e

e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

13.5.1. Os comprovantes de que trata o subitem 13.5. deverão ser correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração; tratando-se da primeira nota fiscal/fatura da execução do contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

13.5.2. Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução do contrato, em razão de término da vigência do ajuste ou de rescisão contratual, além dos comprovantes de que trata o subitem 13.5, deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pelo licitante vencedor, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto nos subitens 13.5 e 13.5.1.

13.5.2.1. Somente com as comprovações de que trata o subitem 13.5.2 considerar-se-á completa a execução do contrato.

13.5.3. As comprovações de que trata o subitem 13.5 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução do contrato.

13.6. Ocorrerá a **retenção ou glosa**, ainda, no pagamento devido ao licitante vencedor, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando este:

a) deixar de cumprir as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Serviços anexo à minuta de contrato.

13.7. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo

pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

XIV. DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 5.450/2005 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

14.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

14.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item X deste Edital.

14.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 14.3.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

14.6. No ato da assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá:

a) autorizar o TRESA a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da licitante contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis; e

b) autorizar o TRESA a fazer a retenção na fatura ou nota fiscal do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o depósito direto nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores da licitante contratada, observada a legislação específica.

XV. DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do art. 7º da Resolução TSE 23.234/2010.

15.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" do subitem 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" do subitem 10.3.

XVI. DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Sem prejuízo das comprovações de que trata o subitem 13.5 e das demais avaliações previstas legalmente, o TRESA avaliará as rubricas abaixo especificadas, devendo o licitante vencedor comprovar a realização das despesas

nelas previstas, ou a sua regular apropriação, quando couber, obedecendo à seguinte periodicidade:

a) Montante A: a cada 12 (doze) meses ou ao término do contrato, o que ocorrer primeiro;

b) Montante B:

b.1) vale-transporte (item 4) e vale-alimentação (item 5), mensalmente;

b.2) demais rubricas, a cada 12 (doze) meses ou ao término do contrato, o que ocorrer primeiro.

c) Taxa de Administração: Despesas Administrativas (item 1), a cada 12 (doze) meses ou ao término do contrato, o que ocorrer primeiro.

16.2. A não comprovação das despesas a que se refere o subitem 16.1 implicará a devolução e/ou glosa dos valores faturados a este título.

XVII. DA REPACTUAÇÃO

17.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

17.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e

b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

17.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 17.1 conta-se a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 17.1.1, alínea "a"; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 17.1.1, alínea "b") vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

17.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação, excetuada a hipótese prevista no subitem 17.5, alínea "c".

17.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRESA pelo licitante vencedor – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

17.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

17.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

17.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

XVIII. DA GARANTIA

18.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, o licitante vencedor prestará garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato, em até 20 (vinte) dias após sua assinatura, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

18.1.1. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade a partir do início dos serviços até o final da vigência do contrato.

18.1.2. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

18.2. O licitante vencedor obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 20 (vinte) dias, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 18.1.

XIX. DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA

19.1. O licitante vencedor deverá solicitar autorização do TRESA para movimentação da conta vinculada para pagamento, diretamente aos empregados, de eventuais indenizações trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas que permitiram as retenções efetuadas para formação das provisões sobre a folha de salários dos profissionais vinculados ao contrato.

19.2. Para a liberação dos recursos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, a empresa deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento do TRESA os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.

19.3. O Secretário de Administração e Orçamento do TRESA expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista, a autorização de que trata o subitem 19.1 e a encaminhará ao Banco do Brasil no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.4. O licitante vencedor deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do beneficiário, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas.

19.5. Eventuais saldos remanescentes somente serão liberados à empresa após 5 (cinco) anos do encerramento do contrato.

XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

20.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Dec. n. 5.450/2005.

20.5. A Pregoeira, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

20.6. São assegurados ao TRESP, com exclusividade, os seguintes direitos:

a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo licitante vencedor relativos ao objeto desta licitação, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRESP distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e

b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente desta licitação, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pelo licitante vencedor sem autorização expressa do TRESP, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

Florianópolis, 14 de março de 2014.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
PREGOEIRA

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para a prestação de serviços de _____, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. ____ do Pregão n. 020/2014, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____ em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, com a Instrução Normativa TSE n. 4, de 17 de maio de 2011 e com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços de _____, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com a Resolução n. 156, de 8 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, com a Instrução Normativa TSE n. 4, de 17 de maio de 2011, e com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços especializados e continuados em jornalismo, por meio de _____ (_____) profissionais, incluindo a divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense, através da mídia impressa, videodifusão, radiodifusão e internet, com produção de textos, vídeos e áudios para distribuição interna e aos veículos de comunicação:

1.2. As tabelas a seguir, denominadas “Tabelas de Produtividade, consolidam a demanda dos serviços a serem executados:

Tabela 1 – Serviços especializados em comunicação, na área de Imprensa e respectiva demanda estimada anual.

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Semanal	Estimativa Anual
Acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias para produzir textos e <i>releases</i> dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense.	4 horas	192 horas

Acompanhar ao vivo as sessões plenárias desta Corte a fim de publicar na intranet e/ou na internet do sítio eletrônico do TRESA o resumo dos julgamentos.	5 horas	240 horas
Buscar informações junto às assessorias dos Juizes desta Corte, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juizes, para publicação no sítio eletrônico do TRESA e em todos os meios de comunicação social do Estado.	2 horas	96 horas
Tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e <i>releases</i> a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, e sua publicação no sítio eletrônico do TRESA.	2 horas	96 horas
Realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito.	5 horas	240 horas
Verificar, diariamente, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) do Tribunal e de relatório do setor de Protocolo, a entrada de processos e recursos, para coleta de informações de interesse jornalístico.	2 horas	96 horas
Atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESA ou nas sedes dos meios de comunicação.	11 horas	528 horas
Realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa e no sítio eletrônico do TRESA.	2 horas	96 horas
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)	1.584 horas	
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)	132horas	

Tabela 2 – Serviços especializados em comunicação, na área de Comunicação Social e respectiva demanda estimada anual.

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Semanal	Estimativa Anual
1 Produção e publicação do Informativo enTRENós		
Reunião de pauta: sugestão, definição e divisão de temas. Pesquisas, contato com setores.	2 horas	96 horas
Produção e redação de matérias escritas: contato com possíveis fontes e/ou entrevistados (1 hora semanal), pesquisa de informações (2 horas semanais), agendamento e execução de entrevistas (1 hora semanal), redação das matérias (2 horas semanais) e revisão dos textos (1 hora semanal).	6 horas	288 horas
Fotos e imagens: pesquisa e seleção de imagens e/ou fotos para cada matéria escrita (1 hora semanal). Tratamento dessas imagens e/ou fotos para adequação nos moldes do informativo (1 hora semanal).	2 horas	96 horas
Gravação de vídeos: pesquisa, pauta, agendamento, solicitação de orçamento, contato com entrevistados, agendamento de filmagem e reserva de automóvel. Deslocamento e captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto e montagem do vídeo, produção de texto, disposição das entrevistas. Gravação e edição de áudio, edição não-linear de vídeo, renderização para formato de divulgação em site e do informativo. Impressão de cartões e gravação de DVD's para distribuição aos entrevistados.	6 horas	288 horas
Fechamento: revisão dos conteúdos, inserção de textos, fotos e vídeos no <i>software</i> de publicação. Utilização de <i>links</i> de texto, áudio,	2 horas	96 horas

vídeo. Inserção de <i>links</i> para os aniversariantes, classificados e vídeos. Publicação via e-mail e via intranet.		
2 Produção e publicação do TRE Notícias		
Definição de pauta (2 horas semanais), redação de texto (4horas semanais), produção, gravação e edição de vídeo (3 horas semanais), publicação (1 hora semanal).	9 horas	432 horas
3 Rádio e TV Justiça		
Produção, gravação, edição e envio de material em áudio e vídeo.	4 horas	192 horas
4 Outros		
Assessoria a outros setores do TRE.	2 horas	96 horas
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)	1.584 horas	
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)	132 horas	

(OU A PRODUTIVIDADE APRESENTADA PELA EMPRESA NA LICITAÇÃO)

1.3. Dos serviços adicionais:

1.3.1. O Contratante poderá solicitar à Contratada a execução de **serviços adicionais**, na forma de pacotes, conforme tabela a seguir:

Pacote de Serviços Adicionais	Produtividade correspondente a 1 (um) pacote de serviço adicional
PACOTE	Realização de cobertura jornalística em eventos fora do horário de expediente normal da Contratada

1.3.2. A Contratada deverá realizar os serviços adicionais solicitados pelo TRESA, na forma de pacote, conforme apresentado na tabela acima, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos.

1.3.2.1. Os serviços adicionais serão requisitados à Contratada pelo Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 1 (um) dia.

1.3.2.2. O pacote equivale à produção de 1 (uma) hora de um profissional, dedicada exclusivamente à respectiva tarefa, que compreenderá a cobertura jornalística a eventos fora do horário de expediente normal da TRESA.

1.3.2.3. O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia. No entanto, informará com antecedência os seus horários de execução.

1.3.2.4. Os serviços adicionais serão executados, preferencialmente, por profissionais da Contratada já integrantes da força de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 020/2014, de ___/___/2014, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ___/___/___, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Observado o disposto na subcláusula 6.1.2, o Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na subcláusula 1.1, o valor mensal de R\$ _____ (_____); pelo pacote de serviço adicional de que trata a subcláusula 1.3, o valor de R\$ _____ (_____); e pela taxa de deslocamento de que trata a alínea “a” do subitem 4.2 do Edital do Pregão n. 020/2014, o valor de R\$ _____ (_____).

2.1.1. Os custos não renováveis, caso existentes, já pagos ou amortizados no

primeiro ano de vigência deste Contrato, deverão ser excluídos do valor mensal devido à Contratada como condição para a prorrogação, cabendo ao Gestor do Contrato ou ao setor requisitante trazer aos autos do procedimento administrativo respectivo, para processamento, tal informação quando da manifestação favorável à tal prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência até 28 de novembro de 2014, a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o dia 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas serão glosados do valor mensal do contrato e depositados em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TRESA, conforme Resolução TSE n. 23.234, constante no Anexo V do Edital do Pregão n. 020/2014, observado o seguinte:

a) os procedimentos para a glosa das provisões serão os descritos na IN TSE N. 4/2011, constante no Anexo V do Edital do Pregão n. 020/2014;

b) os percentuais das provisões, para fins de retenção, são os constantes da Planilha de Encargos Sociais de que trata o Edital do Pregão n. 020/2014; e

c) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, deixarão de compor o valor de pagamento mensal ao licitante vencedor.

6.1.3. Os valores previstos para serem provisionados a título de pagamento de obrigações trabalhistas serão retidos pelo TRESA e depositados na conta vinculada específica e somente serão liberados para pagamento das verbas aos trabalhadores.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-

Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço – ANS anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

6.5. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, para que esta seja atestada, as seguintes comprovações relativas aos seus empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, nominalmente identificados e alocados nas dependências do Contratante para execução do objeto contratado:

a) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;

b) cópia do comprovante de recolhimento mensal para o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores, observada a legislação específica;

c) comprovante de pagamento de salários no prazo legal, referente ao mês anterior;

d) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabíveis; e

e) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

6.5.1. Os comprovantes de que trata a subcláusula 6.5. deverão ser correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração; tratando-se da primeira nota fiscal/fatura da execução do Contrato, deverão ser referentes ao mês faturado.

6.5.2. Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução deste Contrato, em razão de término da sua vigência ou de sua rescisão, além dos comprovantes de que trata a subcláusula 6.5, deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela Contratada, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, observado o disposto nas subcláusulas 6.5 e 6.5.1.

6.5.2.1. Somente com as comprovações de que trata a subcláusula 6.5.2 considerar-se-á completa a execução deste Contrato.

6.5.3. As comprovações de que trata a subcláusula 6.5 deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

6.6. Ocorrerá a **retenção ou glosa**, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta:

I – deixar de cumprir as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

II – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Serviço anexo a este Contrato.

6.7. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.
I = Índice de atualização financeira:
I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).
I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, Subitem 05 – Serviços Técnicos Profissionais.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2014NE000_____, em ___/___/2014, no valor de R\$ _____(_____).

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do **Gestor do Contrato**, qual seja, o servidor titular da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.1.1. Após a assinatura do contrato para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião entre a Administração e a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento de eventuais dúvidas relativas às obrigações contratuais, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados.

9.2. A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no **Acordo de Nível de Serviço – ANS** anexo a este Contrato.

9.2.1. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

9.2.2. O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

9.3. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

I – resultados alcançados em relação à Contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;

II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI – satisfação do público usuário.

9.3.1. O Gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá

comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração previstos na legislação.

9.3.2. O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.3.3. Para fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela Contratada, que aloca seus empregados nas dependências do Contratante, exigirá-se, entre outras, as comprovações de que tratam as subcláusulas 6.5, 6.5.1 e 6.5.2, observado o disposto nas subcláusulas 6.5.2.1 e 6.5.3.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico anexo ao Edital do Pregão n. 020/2014 e em sua proposta, e, ainda:

10.1.1. autorizar o TRESA a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da licitante contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.1.2. autorizar o TRESA a fazer a retenção na fatura ou nota fiscal do valor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o depósito direto nas respectivas contas vinculadas individuais dos trabalhadores Contratada, observada a legislação específica;

10.1.3. prestar serviços especializados e continuados em jornalismo, por meio de profissionais, incluindo a divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense, através da mídia impressa, videodifusão, radiodifusão e *internet*, com produção de textos, vídeos e áudio para distribuição interna e aos veículos de comunicação;

10.1.3.1. os profissionais deverão:

a) ser bacharéis em Jornalismo ou Comunicação Social ou, ainda, Ciências da Comunicação, com habilitação em Jornalismo;

b) possuir registro profissional como Jornalista;

10.1.3.2. a Contratada deverá providenciar currículos simplificados dos profissionais, comprovando os perfis solicitados na subcláusula 10.1.3.1. Esses documentos deverão ser apresentados ao TRESA em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, observado o seguinte:

a) os profissionais não poderão ser filiados a partido político;

b) o TRESA reserva-se o direito de recusar profissionais que tenham a sua imagem associada a partido político, candidato ou personalidade do meio político;

c) se não integrantes do quadro da empresa, a Contratada somente poderá efetivar a contratação dos profissionais após aprovação dos currículos pelo TRESA; e

d) os profissionais deverão iniciar os serviços em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da aprovação dos currículos pelo TRESA;

10.1.4. executar os serviços junto à Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, no edifício sede do TRESA, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, 10º andar, Centro, Florianópolis, entre 8 e 20 horas, de segunda a sexta-feira, com jornada diária máxima de 6 (seis) horas para os serviços especializados em comunicação, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);

10.1.4.1. o Gestor do Contrato irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos, sendo que o horário de funcionamento do TRESA inicia-se às 12 horas e encerra-se às 20 horas;

10.1.5. junto à Seção de Imprensa da AICSC, desenvolver as seguintes

atividades:

a) acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias, para produzir textos e *releases* dos temas de interesse do TRESA e do eleitor catarinense;

b) acompanhar ao vivo as sessões plenárias da Corte e publicar imediatamente, na *intranet* e na *internet* do TRESA, o resumo dos julgamentos;

c) buscar informações junto às assessorias dos Juizes do Pleno, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juizes, para publicação no sítio eletrônico do TRESA e em todos os meios de comunicação social do Estado;

d) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, para elaboração de matérias e *releases* a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, e sua publicação no sítio eletrônico do TRESA;

e) realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e do Diário da Justiça Eleitoral, bem como das publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito da alínea "d" acima descrita;

f) verificar, diariamente, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) do TRESA e por relatório do setor de Protocolo, a entrada de processos e recursos, para coleta de informações de interesse jornalístico;

g) atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESA ou nas sedes dos meios de comunicação;

h) realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRESA, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa e no sítio eletrônico do TRESA; e

i) atender eventuais solicitações de deslocamento ao interior do Estado, para cobertura *in loco* de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado e cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Seção de Imprensa para publicação e divulgação à mídia em geral;

10.1.6. junto à Seção de Comunicação Social da AICSC, desenvolver as seguintes atividades:

a) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, para elaboração de matérias em texto e/ou em vídeo a serem publicadas no sítio eletrônico do TRESA;

b) produzir boletins de áudio e vídeo dos julgamentos do Pleno e das demais atividades do TRESA, para a Rádio e TV Justiça;

c) gravar entrevistas e produzir reportagens para serem veiculadas nos programas da Rádio e TV Justiça;

d) definir tema, elaborar textos e divulgar as campanhas internas realizadas pelo TRESA, devendo acompanhar o lançamento, o andamento e o término de cada campanha;

e) produzir matérias escritas e/ou em vídeo, para serem divulgadas no TRE Notícias, um canal de comunicação interna que prevê a produção semanal de pelo menos 3 (três) assuntos de interesse do servidor e da Justiça Eleitoral catarinense;

f) elaborar projeto específico para divulgação externa do TRE Notícias com divulgação pública de matérias em vídeo de interesse da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e do eleitor catarinense; e

g) colaborar na produção do programa Entrenós, informativo online, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense;

10.1.7. relativamente ao informativo Entrenós, realizar as seguintes atividades:

a) reunião de pauta: entre os integrantes da Comunicação Social para sugestão, definição e divisão de temas. Este levantamento é feito com pesquisas na internet, contato com secretarias e demais setores do Tribunal, e por sugestões enviadas pelos servidores, através de prévia solicitação realizada pela equipe;

b) produção e redação de matérias escritas: contato com possíveis fontes e/ou entrevistados, pesquisa de informações, agendamento e execução de entrevistas, redação das matérias e revisão dos textos. Ainda existem as seções fixas de Notas, Classificados e Aniversariantes onde a Comunicação Social faz pesquisa e redação de pequenos textos, busca de dados com a Coordenadoria de Pessoal, e recebimento de anúncios, contato formal com anunciante e correção de textos;

c) fotos e imagens: pesquisa e seleção de cinco opções de imagens e/ou fotos para cada matéria escrita. Tratamento dessas imagens e/ou fotos para adequação nos moldes do informativo enTRENós;

d) gravação de vídeos:

- PRÉ-PRODUÇÃO - pesquisa de temas, definição de pauta, data, horário e local, contato documental com a Secretaria de Orçamento e Finanças para solicitação de orçamento, contato formal com entrevistados, agendamento documental com empresa de filmagem e agendamento documental para reserva de automóvel;

- PRODUÇÃO - deslocamento da equipe, captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, montagem do vídeo, com produção de texto (*off*) e disposição das entrevistas;

- PÓS-PRODUÇÃO - gravação e edição de áudio, edição não-linear de áudio, vídeo, créditos e vinhetas, renderização 'mpeg' para atualização do formato de divulgação na intranet do tribunal, renderização 'flv' para atualização do formato do informativo enTRENós. Após isso, impressão de cartões e gravação de DVD's com cópias das reportagens em vídeo para distribuição aos entrevistados;

e) fechamento: revisão dos conteúdos, inserção de textos, fotos e vídeos no software de publicação. Utilização de *links* de texto, áudio, vídeo. Inserção de *links* para os aniversariantes, classificados e vídeos. Publicação via e-mail e via intranet;

10.1.8. executar os serviços com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, com qualidade;

10.1.9. realizar os serviços adicionais solicitados pelo TRESA, na forma de pacote, conforme apresentado na subcláusula 1.3;

10.1.10. submeter todo o material produzido, antes de sua distribuição às emissoras e jornais, à apreciação da Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, que avaliará a qualidade e a compatibilidade dos textos, áudios, vídeos e outros;

10.1.11. substituir, no prazo de 2 (dois) dias após a comunicação por parte do TRESA à Contratada, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

10.1.12. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;

10.1.13. apresentar atestado de antecedentes civil e criminal dos profissionais que atuarão nas instalações da Justiça Eleitoral;

10.1.14. garantir a prestação dos serviços no intervalo fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada;

10.1.15. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

10.1.16. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

10.1.17. indicar, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar após a assinatura do contrato, preposto e substituto eventual para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsão estabelecida no art. 68 da Lei n. 8.666 de 1993;

10.1.17.1 o nome do preposto (e do seu substituto eventual) poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados;

10.1.18. suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro(s) profissional(is) que atenda aos requisitos técnicos exigidos neste contrato;

10.1.19. apresentar seus empregados na execução dos serviços ora contratados devidamente identificados por crachás, com fotografia recente;

10.1.20. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, bem como aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho;

10.1.21. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

10.1.22. selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.1.23. comprovar, sempre que solicitado pelo TRESA, a quitação das obrigações trabalhistas;

10.1.24. promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviço ao TRESA, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados:

10.1.24.1. os treinamentos e reciclagens serão custeados pela Contratada e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados;

10.1.24.2. os treinamentos e reciclagens deverão ser realizados pelo menos uma vez por ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço;

10.1.25. entregar, até o quinto dia útil após o início da prestação dos serviços, uniforme para cada funcionário e, a cada 6 (seis) meses, fornecer novos uniformes completos;

10.1.25.1. o modelo do uniforme não poderá conter logomarca, nome ou outra identificação e deverá ser submetido previamente à aprovação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial do TRESA;

10.1.25.2. compõem o uniforme masculino:

a) 1 (um) terno preto;

b) 2 (duas) camisas sociais na cor branca;

c) 2 (dois) pares de meias sociais na cor preta;

d) 1 (uma) gravata de cor lisa, discreta, combinando com o terno;

e) 1 (um) cinto preto; e

f) 1 (um) par de sapatos sociais de couro preto;

10.1.25.3. compõem o uniforme feminino:

a) 1 (um) terno preto de modelo clássico;

b) 2 (duas) camisas ou camisetas sociais na cor branca; e

c) 1 (um) par de sapatos sociais de couro preto;

10.1.26. prestar serviços, eventualmente, em municípios do interior de Santa Catarina;

10.1.26.1. havendo necessidade de deslocamento dos profissionais, nos termos da subcláusula 10.1.26, a Contratada se responsabilizará pelas despesas com hospedagem e alimentação, bem como com todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado;

10.1.26.2. o TRESA pagará à Contratada o valor correspondente à taxa de deslocamento, definida na subcláusula 2.1 deste Contrato;

10.1.27. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESA;

10.1.28. realizar o pagamento dos salários dos empregados alocados para executar o objeto contratado via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do TRESA;

10.1.29. não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRESA (art. 7º, I, da Resolução TSE n. 23.234/2010), sob pena de rescisão contratual;

10.1.30. não ter entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRESA (art. 7º, II, da Resolução TSE n. 23.234/2010), sob pena de rescisão contratual;

10.1.31. não ter entre seus empregados colocados à disposição de Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012;

10.1.32. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRESA; e

10.1.33. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 020/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.1.1. Nos termos do Projeto Básico constante no ANEXO I do Edital do Pregão n. 020/2014, são situações, dentre outras, que podem ensejar descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades:

a) a inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas e das contribuições sociais (INSS e FGTS) será considerada situação de natureza MÉDIA e sujeitará a Contratada à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura;

b) a incidência dos serviços prestados pela Contratada na Faixa 5 (cinco) da Tabela 5 “Somatório dos números de falhas corrigidos (Fator de Aceitação) e efeitos remuneratórios” do Projeto Básico, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, no mesmo exercício financeiro, será considerada situação de natureza MÉDIA e sujeitará a Contratada à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura, sem prejuízo do desconto de que trata o Acordo de Nível de Serviços anexo a este Contrato;

c) o descumprimento dos demais deveres pela Contratada, ressalvados aqueles fixados no Acordo de Nível de Serviço (anexo à minuta de contrato), será considerado

situação de natureza LEVE e sujeitará a Contratada à penalidade de advertência; e

d) a reincidência de situações ensejadoras de penalidade sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior à anteriormente aplicada e, em se tratando de reincidência de situação GRAVE, implicará rescisão contratual, conforme quadro abaixo:

Classificação da situação	Descrição da situação	Penalidade
LEVE	Alínea "c"	Advertência
MÉDIA	Alínea "a"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Alínea "b"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
MÉDIA	Reincidência da alínea "c"	Multa de 10% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência da alínea "a"	Multa de 20% sobre o valor da fatura
GRAVE	Reincidência da alínea "b"	Multa de 20% sobre o valor da fatura
GRAVÍSSIMA	Reincidência de situação GRAVE (alínea "d")	Rescisão contratual

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

11.3. Para os casos não previstos na subcláusula 11.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado deste Contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste Contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado total deste Contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.2 e na alínea "f" da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRES.

11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a

juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.3, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea "f" da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do art. 7º da Resolução TSE 23.234/2010.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "c" ou "d" da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "e" ou "f" da subcláusula 11.3.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO

13.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

13.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

13.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere a subcláusula 13.1 conta-se a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata a subcláusula 13.1.1, alínea "a"; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subcláusula 13.1.1, alínea "b"), vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

13.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação, excetuada a hipótese prevista na subcláusula 13.5, alínea "c".

13.3. Ocorrendo o fato gerador, o requerimento referente à repactuação deverá ser protocolizado no TRESA pela Contratada, com os documentos comprobatórios, anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

13.3.1. A requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

13.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo a Contratada, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

13.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

13.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em até 20 (vinte) dias após sua assinatura, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

14.1.1. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade a partir do início dos serviços até o final da vigência do contrato.

14.1.2. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.2. A Contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 20 (vinte) dias, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido na subcláusula 14.1.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Sem prejuízo das comprovações de que trata a subcláusula 6.5 e das demais avaliações previstas legalmente, o Contratante avaliará as rubricas abaixo especificadas, devendo a Contratada comprovar a realização das despesas nelas previstas, ou a sua regular apropriação, quando couber, obedecendo à seguinte periodicidade:

15.1.1. Montante A: a cada 12 (doze) meses ou ao término do Contrato, o que ocorrer primeiro;

15.1.2. Montante B:

a) vale -transporte (item 4) e vale-alimentação (item 5), mensalmente;

b) demais rubricas, a cada 12 (doze) meses ou ao término do Contrato, o que

ocorrer primeiro.

15.1.3. Taxa de Administração: Despesas Administrativas (item 1), a cada 12 (doze) meses ou ao término do contrato, o que ocorrer primeiro.

15.2. A não comprovação das despesas a que se refere a subcláusula 15.1 implicará a devolução e/ou glosa dos valores faturados a este título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA

16.1. A Contratada deverá solicitar autorização do TRESA para movimentação da conta vinculada para pagamento, diretamente aos empregados, de eventuais indenizações trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas que permitiram as retenções efetuadas para formação das provisões sobre a folha de salários dos profissionais vinculados ao contrato.

16.2. Para a liberação dos recursos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, a empresa deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento do TRESA os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.

16.3. O Secretário de Administração e Orçamento do TRESA expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista, a autorização de que trata a subcláusula 16.1 e a encaminhará ao Banco do Brasil no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

16.4. A Contratada deverá apresentar ao Secretário de Administração e Orçamento, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do beneficiário, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas.

16.5. Eventuais saldos remanescentes somente serão liberados à empresa após 5 (cinco) anos do encerramento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

17.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo, por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida, observadas as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SUBSTITUIÇÕES E ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL

18.1. A Contratada deverá manter em reserva número suficiente de empregados para reposição imediata, nos casos de faltas, férias, demissões, ou qualquer outro impedimento ou, ainda, por acréscimo do Contrato, devendo os substitutos estar devidamente credenciados para o exercício da função.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

20.2. São assegurados ao TRESA, com exclusividade, os seguintes direitos:

a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos

ao objeto contratado, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao TRESP distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e

b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente desta contratação, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do TRESP, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ___ de _____ de 2014.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: _____

ANEXO DO CONTRATO

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - ANS

1. O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja níveis de qualificação máxima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do art. 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Consoante o art. 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010, os pagamentos à contratada serão proporcionais ao atendimento das metas fixadas no ANS. Assim, as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual a contratada sujeitar-se-á às sanções legais cabíveis, devidamente apuradas em processos administrativos próprios.

Tais ajustes visam a assegurar ao contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste projeto básico e aplicar a dedução prevista na Res. TSE 23.234/2010 no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do contratante apresentará à contratada, até o dia 7 (sete) do mês seguinte, o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- número do procedimento administrativo de contratação que deu origem ao Contrato;
- número do Contrato;
- partes contratuais;
- síntese do objeto;
- relação de falhas;
- fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE 23.234/2010, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESA poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do artigo 31, § 1º, da Res. TSE 23234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1.1. ANS para os serviços especializados e continuados em comunicação, nas áreas de Imprensa e de Comunicação Social.

1.1.1. Na Tabela 4 é apresentada a relação de falhas avaliadas pela AICSC do TRESA com relação ao Contrato.

Tabela 4 – Níveis de serviço exigidos pela AICSC/TRESA, convertidos em número de falhas/mês

Item	Descrição da Infração	Grau de Ponderação (Peso)	Fato Gerador e Data
01	Falta de zelo pelas máquinas, equipamentos e instalações da AICSC / TRESA	6	

02	Falha na execução do serviço relacionada à baixa qualidade do material produzido, registrada por reclamações formais da AICSC / TRESA. A falha será devidamente apurada e comprovada pela gestão do contrato, com o recolhimento do material.	8	
----	---	---	--

Preencher cada um dos 2 (dois) itens de avaliação de falhas, totalizando as ocorrências no mês de referência, indicando, sinteticamente, o fato gerador e sua data.

Os serviços objeto deste Projeto Básico serão diariamente avaliados pelo Gestor do Contrato. Mensalmente, será elaborado um relatório onde serão assinaladas as falhas na "Relação de Falhas", conforme abaixo:

Relação de Falhas a ser utilizada para a contratação de serviços especializados e continuados em comunicação - Jornalismo.

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências: (resultado obtido dos cálculos apresentados na Tabela 5)

Tabela 5 – Somatório dos números de falhas corrigidos (Fator de Aceitação) e efeitos remuneratórios

Falhas Cometidas	Itens	
	1	2
Total de ocorrências (+)		
Tolerância (-)	1	1
Excesso de falhas (=)		
Multiplicador (peso) (x)	6	8
Total de falhas corrigido (=)		

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços especializados e continuados em comunicação, nas áreas de Imprensa e de Comunicação Social:

- Faixa 01 – Fator de Aceitação 0: 100% de avaliação dos serviços.
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 33: 95% de avaliação dos serviços.
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 34 a 66: 90% de avaliação dos serviços.
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 67 a 99: 85% de avaliação dos serviços.
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 100 a 132: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observações:

- A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o Fator de Aceitação calculado de acordo com a Tabela 5.
- No ANEXO I encontram-se definidas as situações ensejadoras de aplicação de penalidades.

1.2. Instruções para aplicação da Tabela 5:

1.2.1. O quantitativo de ocorrências de falhas identificadas serão inseridas na Tabela 5, de modo que o Gestor do Contrato preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam as 2 (duas) hipóteses de verificação técnica dos serviços, com base em avaliação própria.

1.2.2. Após, **todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL** por tipo de infração, correspondendo à cada uma das 2 (duas) colunas. A seguir, do valor totalizado por

cada coluna de verificação qualitativa será **deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA** admitida (por coluna), obtendo-se o valor referente, **EXCESSO DE FALHAS**, por falha.

1.2.3. Posteriormente, cada valor de excesso de falhas será **multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna**, obtendo-se, assim, o **NÚMERO CORRIGIDO** por tipo de apontamento [cada um dos 2 (dois) itens]; os números atribuídos como **PESO** foram estabelecidos com base em falhas de nível baixo (4), nível médio (6) e nível alto (8).

1.2.4. Ao final, será **somada toda a linha com os números corrigidos**, obtendo-se um número final denominado **FATOR DE ACEITAÇÃO**.

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

PREGÃO N. 020/2014

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO: Prestação de serviços especializados e continuados em comunicação - Jornalismo, mediante a contratação de empresa especializada, para, por meio de jornalistas profissionais, realizar trabalhos relativos à divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense, através da mídia impressa, vídeo-difusão, rádio-difusão e Internet, com produção de textos, vídeos e áudios para distribuição interna e aos veículos de comunicação. Todas as atividades - listadas nas Tabelas 1 e 2 deste Projeto Básico, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93 - serão exercidas preferencialmente na Assessoria de Imprensa Comunicação Social e Cerimonial - AICSC do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRESC, podendo ser exercidas, também, no interior do Estado.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Para fazer frente ao considerável aumento de demanda verificado em anos eleitorais, faz-se necessário dotar a Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial de uma maior estrutura, especialmente para aquinhoá-la de mais recursos humanos, com o acréscimo de profissionais que atuem na área de jornalismo.

Pela experiência vivenciada em anos anteriores é sabido que em anos eleitorais, faz-se necessária uma divulgação mais eficiente em todas as áreas de comunicação, na mesma proporção em que aumenta o interesse da mídia em geral pela veiculação de notícias relacionadas ao processo eleitoral e às eleições propriamente ditas.

Outra percepção que se faz é o constante crescimento das formas de comunicação nas redes sociais, com o incremento do Facebook, Google Plus, Twitter etc... , o que exige uma atenção redobrada e atuação cada vez mais profissional.

Como os serviços especializados em comunicação - jornalismo, nas áreas de Imprensa e Comunicação Social resultam em atividades continuadas, comuns e não-finalísticas do TRESC, é recomendada que sua execução seja compartilhada com auxílio indireto, isto é: de profissionais especialistas na área.

Como benefício advindo dessa contratação está a capacidade da AICSC em atender ainda com maior eficiência e eficácia às demandas de serviços solicitados pelo TRESC, visto que não há no quadro funcional deste Órgão, servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas neste Projeto Básico.

A contratação antecipada é recomendável, especialmente para dar tempo aos novos profissionais de se integrarem a equipe e se adaptarem à rotina de trabalho da AICSC, adquirindo experiência mínima para fazer frente às demandas solicitadas.

Desde o ano de 2004, o TRESC vivencia um processo de valorização da comunicação interna e externa, com a ampliação da AICSC e dos serviços por ela prestados. Cada público - eleitores, imprensa, servidores e colaboradores da sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, órgãos públicos, entidades, organizações não-governamentais e população em geral -, vem recebendo informações desta Assessoria, em forma de *releases*, matérias jornalísticas, boletins de áudio, vídeo, *newsletter* e pelas redes sociais.

Tendo em vista o trabalho específico a realizar-se de acordo com este projeto, faz-se necessária a contratação de uma empresa de assessoria de comunicação, especializada em comunicação social e imprensa, para dar suporte às atividades

desempenhadas pela AICSC, ao longo do ano de 2014.

Todos esses produtos demandam serviços que envolvem atividades relacionadas à comunicação, na área de jornalismo, conforme apresentado nas Tabelas 1 e 2 deste instrumento, de forma a garantir a continuidade e o constante desenvolvimento dos produtos e serviços prestados na comunicação interna e externa da Justiça Eleitoral catarinense.

Tabela 1 – Serviços especializados em comunicação, na área de Imprensa e respectiva demanda estimada anual.

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Semanal	Estimativa Anual
Acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias para produzir textos e <i>releases</i> dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense.	4 horas	192 horas
Acompanhar ao vivo as sessões plenárias desta Corte a fim de publicar na intranet e/ou na internet do sítio eletrônico do TRESA o resumo dos julgamentos.	5 horas	240 horas
Buscar informações junto às assessorias dos Juizes desta Corte, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juizes, para publicação no sítio eletrônico do TRESA e em todos os meios de comunicação social do Estado.	2 horas	96 horas
Tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e <i>releases</i> a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, e sua publicação no sítio eletrônico do TRESA.	2 horas	96 horas
Realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito.	5 horas	240 horas
Verificar, diariamente, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) do Tribunal e de relatório do setor de Protocolo, a entrada de processos e recursos, para coleta de informações de interesse jornalístico.	2 horas	96 horas
Atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESA ou nas sedes dos meios de comunicação.	11 horas	528 horas
Realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa e no sítio eletrônico do TRESA.	2 horas	96 horas
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)	1.584 horas	
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)	132horas	

Tabela 2 – Serviços especializados em comunicação, na área de Comunicação Social e respectiva demanda estimada anual.

ATIVIDADES PREVISTAS	Estimativa Semanal	Estimativa Anual
1 Produção e publicação do Informativo enTRENós		
Reunião de pauta: sugestão, definição e divisão de temas. Pesquisas, contato com setores.	2 horas	96 horas
Produção e redação de matérias escritas: contato com possíveis fontes e/ou entrevistados (1 hora semanal), pesquisa de informações (2 horas semanais), agendamento e execução de entrevistas (1 hora semanal), redação das matérias (2 horas semanais) e revisão dos	6 horas	288 horas

textos (1 hora semanal).		
Fotos e imagens: pesquisa e seleção de imagens e/ou fotos para cada matéria escrita (1 hora semanal). Tratamento dessas imagens e/ou fotos para adequação nos moldes do informativo (1 hora semanal).	2 horas	96 horas
Gravação de vídeos: pesquisa, pauta, agendamento, solicitação de orçamento, contato com entrevistados, agendamento de filmagem e reserva de automóvel. Deslocamento e captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto e montagem do vídeo, produção de texto, disposição das entrevistas. Gravação e edição de áudio, edição não-linear de vídeo, renderização para formato de divulgação em site e do informativo. Impressão de cartões e gravação de DVD's para distribuição aos entrevistados.	6 horas	288 horas
Fechamento: revisão dos conteúdos, inserção de textos, fotos e vídeos no <i>software</i> de publicação. Utilização de <i>links</i> de texto, áudio, vídeo. Inserção de <i>links</i> para os aniversariantes, classificados e vídeos. Publicação via e-mail e via intranet.	2 horas	96 horas
2 Produção e publicação do TRE Notícias		
Definição de pauta (2 horas semanais), redação de texto (4horas semanais), produção, gravação e edição de vídeo (3 horas semanais), publicação (1 hora semanal).	9 horas	432 horas
3 Rádio e TV Justiça		
Produção, gravação, edição e envio de material em áudio e vídeo.	4 horas	192 horas
4 Outros		
Assessoria a outros setores do TRE.	2 horas	96 horas
Total de Horas Previstas / Ano (Valor de Referência)	1.584 horas	
Total de Horas Previstas / Mês (Valor de Referência)	132 horas	

3. PERFIL DO PROFISSIONAL: Jornalista profissional possuidor de registro. Bacharel em Jornalismo, ou Comunicação Social ou, ainda, em Ciências da Comunicação – habilitação em Jornalismo.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados preferencialmente junto à Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, 10º andar, Centro, Florianópolis, entre 8 e 20 horas, de segunda a sexta-feira, com jornada diária igual a 6 (seis) horas para os serviços especializados em comunicação, nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O Gestor do Contrato irá definir, oportunamente, o horário de realização dos trabalhos.

4.2. O horário de funcionamento do TRESA inicia-se às 12h e encerra-se às 20h.

4.3. A execução dos serviços especializados em comunicação compreende:

4.3.1. Atividades desenvolvidas na Seção de Imprensa da AICSC:

a) acompanhar informações de jornais, rádios, televisão e agências de notícias para produzir textos e *releases* dos temas de interesse desta Corte e do eleitor catarinense;

b) acompanhar ao vivo as sessões plenárias da Corte, a fim de publicar imediatamente na intranet e na internet, no sítio eletrônico do TRESA, o resumo dos julgamentos;

c) buscar informações junto às assessorias dos Juízes do Pleno, visando à divulgação seletiva daquelas decisões que sejam de interesse público, após autorização dos Juízes, para publicação no sítio eletrônico do TRESA e em todos os meios de comunicação social do Estado;

d) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral,

Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias e *releases* a serem distribuídos aos veículos de imprensa do Estado, e sua publicação no sítio eletrônico do TRESA;

d) realizar leitura de acórdãos, pareceres, sentenças, relatórios e o Diário da Justiça Eleitoral, bem como as publicações do Tribunal Superior Eleitoral, com o mesmo propósito do item acima descrito;

e) verificar, diariamente, pelo Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) do Tribunal e de relatório do setor de Protocolo, a entrada de processos e recursos, para coleta de informações de interesse jornalístico;

f) atender aos veículos de imprensa, sanando dúvidas, intermediando contatos, agendando e acompanhando, quando solicitado, entrevistas concedidas na sede do TRESA ou nas sedes dos meios de comunicação;

g) realizar a cobertura jornalística dos eventos realizados pelas unidades do TRE, diplomação dos candidatos eleitos e demais solenidades do Tribunal, fotografando os eventos e produzindo o texto das matérias para divulgação junto à imprensa e no sítio eletrônico do TRESA;

h) eventualmente, serão solicitados deslocamentos ao interior do Estado, para cobertura *in loco* de eventos como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico, com a realização de fotos e transmissão de textos jornalísticos à Seção de Imprensa para publicação e divulgação à mídia em geral; e

i) em caso de deslocamento, a contratada deverá arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem e serviço extraordinário, bem como os demais encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.

4.3.2. Atividades desenvolvidas na Seção de Comunicação Social da AICSC:

a) tomar conhecimento das atividades da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Direção-Geral e Procuradoria Regional Eleitoral, bem como dos demais setores do Tribunal e dos cartórios eleitorais para elaboração de matérias em texto e/ou em vídeo a serem publicadas no sítio eletrônico do TRESA;

b) produzir boletins de áudio e vídeo, dos julgamentos do Pleno e das demais atividades do TRESA, para a Rádio e TV Justiça;

c) gravar entrevistas e produzir reportagens para serem veiculadas nos programas da Rádio e TV Justiça;

d) definir tema, elaborar textos e divulgar as campanhas internas realizadas pelo TRESA. Acompanhar o lançamento, o andamento e o término de cada campanha;

e) produzir matérias escritas e/ou em vídeo para serem divulgadas no TRE Notícias, um novo canal de comunicação interna, que prevê a produção semanal de pelo menos 3 (três) assuntos de interesse do servidor e da Justiça Eleitoral catarinense;

f) elaborar projeto específico para divulgação externa do TRE Notícias com divulgação pública de matérias em vídeo de interesse da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e do eleitor catarinense; e

g) colaborar na produção do programa Entrenós, informativo *online*, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense.

4.3.2.1. Do informativo Entrenós fazem parte as atividades abaixo:

- Reunião de pauta: entre os integrantes da Comunicação Social para sugestão, definição e divisão de temas. Este levantamento é feito com pesquisas na internet, contato com secretarias e demais setores do Tribunal, e por sugestões enviadas pelos servidores, através de prévia solicitação realizada pela equipe.
- Produção e redação de matérias escritas: contato com possíveis fontes e/ou entrevistados, pesquisa de informações, agendamento e execução de entrevistas, redação das matérias e revisão dos textos. Ainda existem as seções fixas de Notas, Classificados e

Aniversariantes onde a Comunicação Social faz pesquisa e redação de pequenos textos, busca de dados com a Coordenadoria de Pessoal, e recebimento de anúncios, contato formal com anunciante e correção de textos.

- Fotos e imagens: pesquisa e seleção de cinco opções de imagens e/ou fotos para cada matéria escrita. Tratamento dessas imagens e/ou fotos para adequação nos moldes do informativo eNTRENós.
- Gravação de vídeos: PRÉ-PRODUÇÃO - pesquisa de temas, definição de pauta, data, horário e local, contato documental com a Secretaria de Orçamento e Finanças para solicitação de orçamento, contato formal com entrevistados, agendamento documental com empresa de filmagem e agendamento documental para reserva de automóvel. PRODUÇÃO - deslocamento da equipe, captação de imagens, gravação de entrevistas, decupagem do material bruto, montagem do vídeo, com produção de texto (*off*) e disposição das entrevistas. PÓS-PRODUÇÃO - gravação e edição de áudio, edição não-linear de áudio, vídeo, créditos e vinhetas, renderização 'mpeg' para atualização do formato de divulgação na intranet do tribunal, renderização 'flv' para atualização do formato do informativo eNTRENós. Após isso, impressão de cartões e gravação de DVD's com cópias das reportagens em vídeo para distribuição aos entrevistados.
- Fechamento: revisão dos conteúdos, inserção de textos, fotos e vídeos no software de publicação. Utilização de *links* de texto, áudio, vídeo. Inserção de *links* para os aniversariantes, classificados e vídeos. Publicação via e-mail e via intranet.

4.4. Relação de equipamentos disponíveis na AICSC:

- Workstation PC, com os *softwares* Corel Photo Paint, Paint.NET, Typo3;
- Workstation PC, com os *softwares* Paint.NET, Typo3;
- Ilha de edição PC, com o software Sony Vegas Pro 9;
- 02 (dois) amplificadores de som 200 watts rms
Marca: ciclotron Modelo: pwp-200;
- 02 (dois) equalizadores de som gráfico
Marca: CICLOTRON Modelo:31b CGE-2312;
- 02 (dois) microfones sem fio
Marca: SHURE Modelo: TV58 D-CE;
- 02 (dois) tripés para máquina cinematográfica
Marca: VELBON Modelo: CX560;
- 02 (duas) caixas acústicas
Marca: STANER Modelo: LA 90;
- 02 (duas) caixas acústicas de monitoração
Marca: ATTACK Modelo: A 280T;
- 03 (três) microfones de lapela wireless
Marca: AKG Modelo: WMS40;
- 04 (quatro) amplificadores de som com 200 watts rms
Marca: ciclotron Modelo: c2000;
- 04 (quatro) caixas acústicas
Marca: FRAHN Modelo: PS-300;
- 04 (quatro) microfones sem fio
Marca: STANER Modelo: SW481-MAO;
- 06 (seis) microfones de mesa
Marca: LESON Modelo: SM-58B;
- 06 (seis) microfones de mesa
Marca: LESOM Modelo: GN 22;
- 07 (sete) microfones de mesa
Marca: NEUTRIK;

- 08 (oito) caixas acústicas
Marca: JBL Modelo: N24;
- 09 (nove) microfones de mesa condensadores
Marca: SUPERLUX;
- 11 (onze) microfones de mesa
Marca: SHURE Modelo: EZG/18;
- amplificador de som 350 watts rms
Marca: ATTACK Modelo: MA3000;
- amplificador de som de fones
Marca: BEHRINGER Modelo: POWER PLAY PRO - HA 4400;
- aparelho de vídeo cassete com 6 cabeças
Marca: PANASONIC;
- aparelho de vídeo cassete estéreo 6 cabeças
Marca: SONY Modelo: SLV-EX 805 BR;
- aparelho dvd
Marca: GRADIENTE;
- caixa acústica
Marca: STANER;
- câmera filmadora
Marca: CANON Modelo: VIXIA HG20 BLA;
- equalizador de som digital de 24 bits, compressor/gate/limiter
Marca: ULTRACURVE BEHRINGER;
- gravador de mesa hdd-dvd marca: pionner modelo: dvr650hs mesa de som com 24 canais de entrada
Marca: CICLOTRON Modelo: CMS 24.8;
- microcomputador portátil (notebook) amd turion 64 x 2
Marca: HP Modelo: 6515B Série: BRG835FBM9;
- microfone condensador para estúdio
Marca: BEHRINGER Modelo: B2PRO;
- mesa de som 24 canais
Marca: BEHRINGER Modelo: EX 2200;
- misturador de som (mixer)
Marca: TARKUS Modelo: TX10;
- seletor de vídeo
Marca: TRANSCORTEC Modelo: SV-420;
- sintonizador de som fm / am
Marca: FORTEX Modelo: 3038;
- tape deck Marca: JVC
Modelo: TDW709;
- televisor em cores 14 polegadas
Marca: PANASONIC;
- televisor em lcd de 32 polegadas
Marca: PHILIPS Modelo: PFL5604;
- tripé para maquina cinematográfica
Marca: VELBON Modelo: CX560.

4.5. Os serviços deverão ser executados com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, com qualidade na realização de cada atividade relacionada nos subitens 4.3.1 e 4.3.2.

5. SERVIÇOS ADICIONAIS

O Contratante poderá solicitar a execução de serviços adicionais, na forma de pacote, conforme apresentado na Tabela 2A, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos. Esses serviços serão requisitados à Contratada pelo Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 1 (um) dia.

Tabela 2A – Descrição de pacote de serviços – serviços especializados em cobertura jornalística e reportagem

Pacote	Atividade	Horas	Quantidade Estimada Mensal - Anual
PACOTE	Realização de cobertura jornalística em eventos fora do horário de expediente normal da Contratada	1h	4 mensais- 48 anuais

6. VISITA TÉCNICA: Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica, mediante agendamento prévio junto ao titular da AICSC, ou seu substituto, pelo telefone (48) 3251-3835, no horário de 13 às 18h.

7. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA E DEMANDA ESTIMADA DE PROFISSIONAIS

7.1. Haverá a necessidade de atendimento à demanda prevista na Tabela 3 com a produtividade de referência (entendida como aquela esperada na execução dos serviços) apresentada nas Tabelas 1 e 2 do Item 2 deste Projeto Básico.

Tabela 3 – Descrição da produtividade por funcionário / ano

PRODUTIVIDADE POR FUNCIONÁRIO / ANO	Nº de profissionais	Total de horas
Jornalista Profissional para a Seção de Imprensa da AICSC: 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas
Jornalista Profissional para a Seção de Comunicação Social da AICSC: 12 meses x 22 dias/mês x 6 horas/dia = 1.584 horas	1 (um)	1.584 horas

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS PROPONENTES

8.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação.

9. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

9.1. Ter jornalistas profissionais vinculados, comprovado por meio da carteira de trabalho ou contrato. Os profissionais deverão ser bacharéis em Jornalismo ou Comunicação Social ou, ainda, Ciências da Comunicação – habilitação em Jornalismo, devendo ser comprovado por meio de cópia autenticada do diploma de graduação na área e registro profissional;

9.2. Providenciar os currículos simplificados dos profissionais, comprovando o perfil solicitado no Item 3 apresentando-os ao TRESA, na AICSC, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato:

(a) os profissionais não poderão ser filiados a partido político;

(b) se não integrantes do quadro da empresa, a contratada somente poderá efetivar a contratação dos profissionais após aprovação dos currículos pelo TRESA;

(c) o TRESA reserva-se o direito de recusar profissionais que tenham a sua imagem associada a partido político, candidato ou personalidade do meio político;

(d) disponibilizar os profissionais para início dos serviços em até 3 (três) dias úteis a contar da aprovação dos currículos pelo TRESA.

9.3. Ter condições operacionais e experiência editorial para desenvolver boletins jornalísticos de rádio e televisão. A experiência deverá ser comprovada por meio da apresentação de, pelo menos, um boletim gravado, fornecido pelo cliente,

confirmando a veiculação e a qualidade do trabalho, previamente à assinatura do contrato, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da solicitação do TRESA.

9.4. Submeter todo o material produzido, antes de sua distribuição às emissoras e jornais, à apreciação da Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial, que avaliará a qualidade e a compatibilidade dos textos, áudios, vídeos e outros.

9.5. Substituir, no prazo de 2 (dois) dias após a comunicação por parte do TRESA à contratada, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

9.6. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho.

9.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal dos profissionais que atuarão nas instalações da Justiça Eleitoral.

9.8. Garantir a prestação dos serviços no intervalo fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada.

9.9. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário).

9.10. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

9.11. A contratada deverá indicar, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar após a assinatura do contrato, preposto e substituto eventual para representá-la no local de execução dos serviços, conforme previsão estabelecida no art. 68 da Lei nº 8.666 de 1993. O nome do preposto (e do seu substituto eventual) poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados.

9.12. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro(s) profissional(is) que atenda aos requisitos técnicos exigidos neste Projeto Básico;

9.13. Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados por crachás, com fotografia recente.

9.14. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, bem como aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho.

9.15. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

9.16. Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

9.17. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico:

9.17.1. executar os serviços adicionais solicitados pelo contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 1 (um) dia após o pedido, consoante disposição do item 5 deste Projeto Básico.

9.18. Comprovar, sempre que solicitado pelo TRESA, a quitação das obrigações trabalhistas.

9.19. A contratada deverá promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviço ao TRESA, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços

contratados:

9.19.1. os treinamentos e reciclagens serão custeados pela contratada e deverão compreender os conhecimentos e habilidades básicos para a execução dos serviços contratados;

9.19.2. os treinamentos e reciclagens deverão ser realizados pelo menos uma vez por ano, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço.

9.20. Entregar, até o quinto dia útil após o início da prestação dos serviços, uniforme para cada funcionário e, a cada 6 (seis) meses, fornecer novos uniformes completos.

9.20.1. o modelo do uniforme não poderá conter logomarca, nome ou outra identificação e deverá ser submetido previamente à aprovação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial do TRESA;

9.20.2. composição do uniforme masculino:

(a) 1 (um) terno preto;

(b) 2 (duas) camisas social na cor branca;

(c) 2 (dois) pares de meias social na cor preta;

(d) 1 (uma) gravata de cor lisa, discreta, combinando com o terno;

(e) 1 (um) cinto preto; e

(f) 1 (um) par de sapatos social de couro preto.

9.20.3. composição do uniforme feminino:

a) 1 (um) terno preto de modelo clássico;

b) 2 (duas) camisas ou camisetas social na cor branca; e

c) 1 (um) par de sapatos social de couro preto.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Promover, através do titular da AICSC, ou seu substituto, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

11. PREÇO

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula, considerando a estimativa apresentada nas Tabelas 1 e 2:

$$PF = PmSC \times 1 + 4 \times PA + Td \times 1$$

Legenda:

PF = preço final mensal (valor estimado).

PmSC = preço mensal pelos Serviços Contratados.

PA = valor do pacote adicional (vide tabela 2A).

Td = taxa diária de deslocamento (alimentação + hospedagem e TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado).

12. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja níveis de qualificação máxima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do art. 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Consoante o art. 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010, os pagamentos à contratada serão proporcionais ao atendimento das metas fixadas no ANS. Assim, as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual a contratada sujeitar-se-á às sanções legais cabíveis, devidamente apuradas em processos administrativos próprios.

Tais ajustes visam a assegurar ao contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste projeto básico e aplicar a dedução prevista na Res. TSE 23.234/2010 no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do contratante apresentará à contratada, até o dia 7 (sete) do mês seguinte, o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- número do procedimento administrativo de contratação que deu origem ao Contrato;
- número do Contrato;
- partes contratuais;
- síntese do objeto;
- relação de falhas;
- fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE 23.234/2010, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESA poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do artigo 31, § 1º, da Res. TSE 23234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

12.1. ANS para os serviços especializados e continuados em comunicação, nas áreas de Imprensa e de Comunicação Social.

12.1.1. Na Tabela 4 é apresentada a relação de falhas avaliadas pela AICSC do TRESA com relação ao Contrato.

Tabela 4 – Níveis de serviço exigidos pela AICSC/TRESA, convertidos em número de falhas/mês

Item	Descrição da Infração	Grau de Ponderação (Peso)	Fato Gerador e Data
01	Falta de zelo pelas máquinas, equipamentos e instalações da AICSC / TRESA	6	
02	Falha na execução do serviço relacionada à baixa qualidade do material produzido, registrada por reclamações formais da AICSC / TRESA. A falha será devidamente apurada e comprovada pela gestão do contrato, com o recolhimento do material.	8	

Preencher cada um dos 2 (dois) itens de avaliação de falhas, totalizando as ocorrências no mês de referência, indicando, sinteticamente, o fato gerador e sua data.

Os serviços objeto deste Projeto Básico serão diariamente avaliados pelo Gestor do

Contrato. Mensalmente, será elaborado um relatório onde serão assinaladas as falhas na “Relação de Falhas”, conforme abaixo:

Relação de Falhas a ser utilizada para a contratação de serviços especializados e continuados em comunicação - Jornalismo.

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências: (resultado obtido dos cálculos apresentados na Tabela 5)

Tabela 5 – Somatório dos números de falhas corrigidos (Fator de Aceitação) e efeitos remuneratórios

Falhas Cometidas	Itens	
	1	2
Total de ocorrências (+)		
Tolerância (-)	1	1
Excesso de falhas (=)		
Multiplicador (peso) (x)	6	8
Total de falhas corrigido (=)		

EFITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços especializados e continuados em comunicação, nas áreas de Imprensa e de Comunicação Social:

Faixa 01 – Fator de Aceitação 0: 100% de avaliação dos serviços.

Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 33: 95% de avaliação dos serviços.

Faixa 03 – Fator de Aceitação de 34 a 66: 90% de avaliação dos serviços.

Faixa 04 – Fator de Aceitação de 67 a 99: 85% de avaliação dos serviços.

Faixa 05 – Fator de Aceitação de 100 a 132: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observações:

- A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o Fator de Aceitação calculado de acordo com a Tabela 5.
- No ANEXO I encontram-se definidas as situações ensejadoras de aplicação de penalidades.

12.2. Instruções para aplicação da Tabela 5:

12.2.1. O quantitativo de ocorrências de falhas identificadas serão inseridas na Tabela 5, de modo que o Gestor do Contrato preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam as 2 (duas) hipóteses de verificação técnica dos serviços, com base em avaliação própria.

12.2.2. Após, **todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL** por tipo de infração, correspondendo à cada uma das 2 (duas) colunas. A seguir, do valor totalizado por cada coluna de verificação qualitativa será **deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA** admitida (por coluna), obtendo-se o valor referente, **EXCESSO DE FALHAS**, por falha.

12.2.3. Posteriormente, cada valor de excesso de falhas será **multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna**, obtendo-se, assim, o **NÚMERO CORRIGIDO** por tipo de apontamento [cada um dos 2 (dois) itens]; os números atribuídos como **PESO** foram estabelecidos com base em falhas de nível baixo (4), nível médio (6) e nível alto (8).

12.2.4. Ao final, será **somada toda a linha com os números corrigidos**, obtendo-se um número final denominado **FATOR DE ACEITAÇÃO**.

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

13. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato terá duração até o dia 28 de novembro, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado até o dia 19 de dezembro.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2014.

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli
Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial

PREGÃO N. 020/2014

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valores expressos em Real (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO ESTIMADO
1	Valor mensal dos serviços (PmSC)	9.869,10
2	Valor do pacote adicional de serviços x 4 (PA x 4)	263,20
3	Valor da taxa diária de deslocamento (Td)	317,67

- Planilha elaborada em 29 de janeiro de 2014.

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MONTANTE A

Categoria Profissional

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM MOEDA CORRENTE	
1. Remuneração (1.1 + 1.2)		
1.1 Salário		
1.2 Adicionais sobre o salário (1.1)	PERCENTUAL	VALOR EM MOEDA CORRENTE
a. Adicional noturno		
b. Adicional de insalubridade		
c. Adicional de periculosidade		
d. Adicional de risco de vida		
e. Adicional de assiduidade		
2. Total de encargos sociais incidentes sobre o valor da remuneração *		
3. Total de retenções incidentes sobre o valor da remuneração *		
4. Valor total da mão-de-obra (1+2)		

* conforme Planilha de Encargos Sociais (Anexo IV)

MONTANTE B

ITEM	VALOR EM MOEDA CORRENTE	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR DA REMUNERAÇÃO *
1. Uniforme		
2. Depreciação de equipamentos utilizados		
3. Manutenção de equipamentos utilizados		
4. Vale Transporte		
5. Vale Alimentação		
6. Treinamento		
7. Seguro de vida		
8. Outros (especificar)		
= Total do Montante B		

* Para fins de projeção de custos do Montante B no caso de alteração do efetivo de pessoal.

Nota Explicativa: A inclusão dos itens da planilha de custos acima dependerá da natureza da contratação e, ainda, das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	VALOR EM MOEDA CORRENTE	PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE MONTANTES A E B
1. Despesas Administrativas (especificar)		
2. Lucro		
3. Tributos indiretos (especificar)		
= Taxa Global de Administração (1+2+3)		

Observação: percentuais legalmente estabelecidos. Caso haja alterações legislativas durante o processo licitatório, os licitantes deverão adotar os novos índices.

ANEXO IV DO EDITAL

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

Importante: a planilha abaixo está disponível em arquivo **Excel (.xls)** no *site* do TRESA: <http://www.tre-sc.jus.br> (Transparência/ Contas Públicas).

ENCARGOS SOCIAIS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS		
	Enquadramento do contrato de trabalho:	CLT
	Regime de tributação: ¹	
Item	Título	Percentual máximo admitido
Grupo A		
1	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
2	SESI / SESC	
3	SENAI / SENAC	
4	INCRA	
5	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
6	F G T S	
7	R A T X F A P ²	
8	SEBRAE	
Grupo B		0,00
9	13º SALÁRIO	
10	FÉRIAS	
11	ABONO DE FÉRIAS	
12	AUXÍLIO DOENÇA	
13	LICENÇA PATERNIDADE	
14	FALTAS LEGAIS	
15	ACIDENTE DO TRABALHO	
Grupo C		0,00
16	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	
17	AVISO PRÉVIO	
18	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	
19	MULTA DO FGTS	
Grupo D		0,00
20	INCIDENCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	
Grupo E		0,00
21	INCIDENCIA DO GRUPO A SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,00
TOTAL DOS ENCARGOS (Grupos A+B+C+D+E)		
TOTAL DE RETENÇÕES ³⁻⁴ (13º Salário + Férias + Abono Férias + Incidência A em B + Multa FGTS) * Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos		0,00

Observações:

1) Neste quadro, deve ser informado o regime de tributação ao qual está submetida a empresa proponente: Simples; Lucro Real; ou Lucro Presumido. Apenas empresas de terceirização de Limpeza, Conservação ou Vigilância, conforme Anexo IV da LCP 123/2006, podem ser enquadradas no Simples. Conforme entendimento da Receita Federal (solução de consulta interna nº 8 / 2010), deve-se pagar o FAP X SAT nas empresas enquadradas no Anexo IV do Simples.	
2) A tabela está calculada para RAT X FAP de 6% como valor máximo. Na proposta da empresa, devem constar o valor/percentual efetivamente pagos.	
3) Soma dos percentuais relativos a 13º Salário, Férias, Abono de Férias, Incidência do Grupo A sobre o Grupo B e a Multa do FGTS. O resultado desse somatório deverá ser multiplicado por: 1 + (percentual de Lucro/100).	
4) Ao final da última prorrogação, devem ser pagos 23,33% (7/30 x 100) da folha de pagamento a título de Aviso Prévio Trabalhado do Término do Contrato, se ocorrer o desembolso.	
Item 1	20%, conforme art. 22, inciso I, da Lei n. 8.212/1991.
Item 2	1,5%, conforme art. 30 da Lei n. 8.036/1990.
Item 3	1%, conforme Decreto-Lei n. 2.318/1986.
Item 4	0,20%, conforme art. 1º e 2º do Decreto-Lei n. 1.146/1970.
Item 5	2,5%, conforme art. 15, da Lei n. 9.424/1996; do art. 2º do Decreto n. 3.142/1999; e art. 212, § 5º da CF. Não é devido por empresa optante pelo Simples.
Item 6	8%, conforme Lei Complementar n. 110/2001. O tributo está previsto no art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, tendo sido regulamentado pela Lei n. 8.030/1990, art. 15.
Item 7	Entre 0,5 a 6%, conforme art. 22, inciso II, da Lei n. 8.212/1991, Decreto n. 3.048/1999 e 6.957/2009.
Item 8	0,6% conforme Lei n. 8.029/1990.
Item 9	9,09% conforme Lei n. 4.090/1962. Calculou-se 1/11 (um 13º salário devido a cada 11 meses trabalhados).
Item 10	9,09% conforme art. 129 e o inciso I, art. 130, do Decreto-Lei n. 5.452/1943 - CLT. Calculou-se um mês de férias a cada 11 meses (1/11).
Item 11	3,03% conforme art. 7º, inciso XVII da CF. 1/3 das férias.
Item 12	1,66% conforme art. 131, inciso III, da CLT. Estimativa de 5,96/30/12 = 1,66%. Conforme Acórdão 1753/2008 - Plenário TCU.
Item 13	0,02% conforme art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma a provisão para este item corresponde a: ((5/30)/12) x 0,015 x 100 = 0,02%.
Item 14	0,82% conforme arts. 473 e 83 da CLT. Considerando 2,96 por ano: 2,96 / 30 / 12 = 0,82%.
Item 15	0,03% conforme art. 27 do Decreto n. 89.312/1984, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: ((15/30)/12) x 0,78 = 0,03%.
Item 16	0,42% conforme § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo ((1/12)x 5) = 0,42%.
Item 17	0,04% conforme art. 488 da CLT. Cerca de 2% do pessoal é demitido nessa situação. Logo a provisão representa: ((7/30)/12)x2= 0,04%.
Item 18	0,08% conforme art. 9º da Lei n. 7.238/1984. Estimativa de 1% de empregados. (1/12) x 1 = 0,08%
Item 19	A Lei Complementar n. 110/2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário o cálculo dessa provisão corresponde a: 0,08 x 0,5 x 0,9 x (1 + 1/11 + 1/11 + 1/3 * 1/11) = 4,36%.
Item 20	Grupo A x Grupo B
Item 21	Grupo A x Item 16

ANEXO V DO EDITAL – NORMAS INTERNAS:

- Acordo de Cooperação Técnica TRES/BB n. 1, de 10 de agosto de 2011;
- Instrução Normativa TSE n. 4, de 17 de maio de 2011; e
- Resolução TSE n. 23.234, de 15 de abril de 2010.

Importante: os ANEXOS IV e V devem ser acessados no *site* do TRES, no seguinte endereço: <http://www.tre-sc.jus.br> (Transparência/ Contas Públicas).